

SEPARAÇÃO DE PODERES E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA:
UM ESTUDO SOBRE A EXPANSÃO DECISÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO
NA CONTEMPORANEIDADE.

Resumo

O objetivo do presente trabalho é estudar a construção histórica e jurídica da separação dos poderes na dogmática, bem como história política e o fenômeno da judicialização da política no Brasil, a fim de compreender a relação do Poder Judiciário com os Poderes Legislativos e Executivos e quais os movimentos e contextos que conduziram a tal. Como objetivos secundários, pretende-se revisar a produção bibliográfica judicial e legislativa inerente aos temas centrais, intuindo encontrar em que medidas são carentes, excessivas ou concretamente trabalhadas para o traçar de uma estruturação política estatal embasada nas características sociais brasileiras e seus respectivos contextos. A pesquisa é de caráter exploratório, portanto, procura uma visão geral do fenômeno estudado, intuindo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para futuros trabalhos explicativos. A pesquisa insere-se entre os debates contemporâneos sobre a relação e função dos três poderes políticos do Estado. Expandindo-se a entender os precedentes da organização político-estatal contida na CF/88 e quais são seus sistemas de controle mútuo, a fim de então trabalhar as polarizações do poder político tradicionais e recentemente apontadas dentre os estudiosos. Como resultado, espera-se construir conclusões acerca do fenômeno da judicialização da política e seus impactos na configuração jurídica e institucional da separação dos poderes no Brasil; á partir das leituras realizadas sobre a judicialização da política e do trabalho de construção histórica da separação dos poderes no Brasil. Até o momento, revisou-se os textos clássicos que trouxeram a voga a estrutura do Estado Ocidental Contemporâneo, bem como textos legislativos e resultantes de manifestos de grande destaque e influência nos padrões de organização política deste modelo Estatal. Parte agora, o presente trabalho, a análise dogmática constitucional brasileira no período da formação do Estado Imperial e os documentos históricos políticos da época que reflitam suas conseqüências sociais.